



Recebido em 30/09/2020

Aceito em 23/04/2021

DOI: 10.26512/emtempos.v1i38.34446

DOSSIÊ

Explosões conservadoras: atentados de extrema-direita na transição da ditadura civil-militar (1980-82)

Conservative explosions:
extreme right attacks on the distension
of the civil-military dictatorship

José Airton de Farias

Doutor em História pela UFF

Professor no Instituto Federal do Ceará

orcid.org/0000-0002-3066-7194

airtondefarias@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo trata dos ataques à bomba e de outras ações praticadas, em Fortaleza, por um grupo de extrema-direita chamado Movimento Anticomunista (MAC), no ano de 1980. O engajamento de vários atores sociais na defesa da democratização do País, no período, deu margem à estruturação do “mito da sociedade democrática” que, em peso, resistiu ao arbítrio da ditadura civil-militar. Não obstante, os integrantes do MAC eram todos civis, de classe média, universitários, o que possibilita observar que, mesmo quando perdia popularidade, no final da década de 1970, a ditadura ainda contava com algum apoio social. Os extremistas acabaram presos quando tentavam expandir a atuação para outros estados do Nordeste. A ditadura civil-militar buscou capitalizar com o desbaratamento do MAC.

PALAVRAS-CHAVES: Extrema-direita. Atentados. Abertura da ditadura.

ABSTRACT: The article deals with bomb attacks and other actions carried out in Fortaleza by an extreme right group called the Anticommunist Movement (MAC), in 1980. The engagement of various social actors in the defense of the country's democratization, in the period, gave rise to the structuring of the “myth of democratic society” that, in weight, resisted the arbitrariness of the civil-military dictatorship. Nevertheless, the members of the MAC were all civilians, middle class, university students, which makes it possible to observe that, even when it lost popularity, in the late 1970s, the dictatorship still had some social support. The extremists were arrested when they tried to expand their operations to other states in the Northeast. The civil-military dictatorship sought to capitalize on the dismantling of the MAC.

KEYWORDS: Extreme right. Attacks. Opening of the dictatorship.

Para além do mito

Os seis rapazes e a moça foram apresentados à imprensa na sede da Polícia Federal de Fortaleza. A quantidade de repórteres presentes ao recinto, a 3 de

dezembro de 1980, denotava quão impactante era o que se passava ali. Aqueles jovens, integrantes de um grupo autodenominado MAC (Movimento Anticomunista), eram responsabilizados como autores de vários atentados à bomba, pichações e ameaças a repartições públicas ocorridos nos últimos meses na capital cearense. Enquanto a moça de olhos azuis chorava e buscava esconder o rosto, envergonhada, outros dos jovens debochavam da situação e chegavam até ofender os repórteres durante a entrevista. “Queremos criar uma ‘role-democracia’¹, ironizou um deles, estudante do curso de Física da Universidade Federal do Ceará. Os integrantes do MAC eram quase todos de classe média, universitários, moradores de “bons bairros” de Fortaleza, conforme constaria na denúncia da Polícia Federal². Nos interrogatórios, assumiram-se como de direita, conservadores, apoiadores da ditadura civil-militar imperante no Brasil desde 1964 e contrários ao processo de liberalização do regime que, aos solavancos, ia acontecendo naquele final da década de 1970 e começo da seguinte.

A ditadura civil-militar, alvo em nosso tempo de tantos debates e disputas de memórias e interpretações, continua sendo um campo fértil para as produções historiográficas. Ante um campo tão profícuo e em um momento de crescente polarização política, como o atual, de perceptível avanço de uma “onda direitista” no Brasil, a academia passa a dar mais atenção à história dos movimentos conservadores. Tais grupos não surgiram do nada – estavam presentes antes, sem obter grande capilaridade social ou repercussão (CALDEIRA NETO, 2014). Como diz Rodrigo Patto Sá Motta (2002), esse renovado movimento conservador guarda liames com práticas e discursos com os de organizações existentes em décadas anteriores. Apesar de particularidades e diferenças, podem-se notar traços em comum e permanências, ainda que com ressignificações. Um dessas continuidades é o anticomunismo, “guarda-chuva” usado por diversos grupos de direita, com distintos objetivos em variados momentos da história do século XX.

Neste artigo, abordamos alguns aspectos da atuação de um desses grupos extremistas de direita, que atuou no Nordeste, especialmente na cidade de Fortaleza, no final dos anos 70/começo dos 80. O texto faz parte de uma pesquisa de pós-doutorado recém iniciada, trabalho em que buscamos melhor entender a inserção do Movimento Anticomunista (MAC) nas complexas relações entre sociedades e regimes autoritários, como vem sendo debatido uma recente historiografia, a ser mencionada adiante. Em outras palavras, almejamos compreender a atuação de tal grupo e a reação de setores da sociedade civil e dos próprios militares em um momento de abertura da ditadura e no qual se construía o mito, caro aos brasileiros ainda hoje, da “resistência democrática”.

A crescente oposição à ditadura e as grandes mobilizações populares do final dos anos 70 e início dos 80 – Campanha da Anistia, Lei da Anistia, greves operárias, rearticulação do movimento estudantil, Diretas Já, etc. – ajudaram a estruturar o que ficou conhecido como “mito da resistência democrática” (REIS, 2000). A sociedade, em

¹ Revista Veja, 10/12/1984, p. 24.

² Inquérito da Polícia Federal-Paraíba nº 67/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do SNI nº 008/116/ARE/81, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex> Acesso a 05/04/2020.

essência, desde sempre apresentava valores democráticos e, com a instalação da ditadura, mesmo submetida, resistiu ao arbítrio dos militares. Como afirma Daniel Aarão Reis Filho (1997), de forma irônica, era como se “todos” tivessem se tornado democratas, de uma hora para outra, estando, em sua maioria, na resistência à ditadura. Daí em diante ganhou espaço memórias de oposição em peso ao arbítrio dos militares, vistos como os únicos culpados pela ditadura, ou memórias de que, pelo menos, o grosso da sociedade “desconhecia” o que se passava no País desde 1964 (o famoso “eu não sabia”). São memórias reconfortantes para o presente, afinal, distorcem-se, omitem-se, minimizam-se, esquecem-se e silenciam-se aspectos do passado por demais incômodos para uma sociedade que, unida e regida tão ardorosamente por valores democráticos, viveu 21 anos de ditadura.

As sociedades não são homogêneas e cada segmento social tem seu modo de lembrar-se do passado. Há disputas de memórias e a memória que se torna dominante não é a de toda a sociedade, mas de um setor majoritário. Como lembra Bruno Groppo, quando se diz que “uma sociedade preferiu recalcar certos aspectos de seu passado, é o mesmo que se dizer que, simplesmente, que a vontade de esquecer, de um setor majoritário, foi imposta sobre a vontade de lembrar, de um setor minoritário” (GROPPO, 2015, p. 44).

A historiografia tem buscado compreender melhor as relações entre as sociedades e os regimes autoritários. Vem se enfatizando uma complexa realidade, não raramente distante da dicotomia simplista dos polos extremos, de apoiadores e resistentes. As discussões se inspiram, em boa parte, no debate sobre a França ocupada pelos nazistas na II Guerra Mundial (BARUCH, 2017). Questionam-se ideias como as de que a sociedade, democrática em seus fundamentos e práticas, foi mera vítima do arbítrio de um regime de força, e que em peso resistiu, por todas as formas, à ditadura.

Fica cada vez mais evidente que não há regime que controle completamente uma sociedade ou ditaduras que se mantenham recorrendo apenas à violência e ao uso de propaganda (GROPPO, 2015). Como dizem as historiadoras Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (2010, p. 9), sociedades que passaram por regimes autoritários têm dificuldades de lidar com o passado – este é desagradável e doloroso, por vezes, constrangedor. Veja-se o que ocorre ainda hoje nos países da América do Sul, que conheceram processos ditatoriais nos anos 60 e 70, e nas nações da antiga “cortina de ferro”, que vivenciaram a experiência do socialismo real. Difunde-se normalmente uma reconstrução memorialística segundo a qual o autoritarismo só foi possível em função de um Estado coercitivo e manipulador, que submeteu por completa a sociedade. Esta é apresentada como uma vítima impotente ante os eventos e a força e a opressão do regime, de modo que não tem nenhuma culpa pelo que aconteceu. É uma interpretação do passado cheia de reducionismo e simplificações, esquecimentos e silêncios.

Conforme Bruno Groppo (2015, p. 42), o mito da sociedade inocente e vítima é acompanhado por outro mito, o de que a sociedade, unanimemente ou quase unanimemente, resistiu à ditadura. O regime autoritário, com sua violência e terror, sempre teria enfrentado a oposição constante, aberta ou subterrânea, do conjunto da sociedade. Geralmente tal discurso se apoia em algum fundamento da realidade, mas

os superdimensiona, como se a quase totalidade ou a grande maioria da população tivesse se engajado na resistência, de modo que a sociedade não pode ser responsabilizada pelo que se deu. Dessa maneira, com tal apropriação do passado, evita-se, após o fim do regime, uma confrontação crítica sobre o que aconteceu e nem se questionam as responsabilidades individuais e coletivas (GROPPO, 2015). Groppo enfatiza que os sistemas autoritários precisam suscitar alguma adesão ou aceitação por parte da população. As ditaduras, de fato, têm premissas de dominação baseadas na força e na violência, mas elas não se mantêm apenas dessa forma. Necessitam também de uma base social e do apoio de uma parte da sociedade. A ideia de um regime fundado exclusivamente no controle repressivo é irreal (GROPPO, 2015, p. 45).

Há a construção de consensos no seio das sociedades, fundamentais para a sustentação de um regime ditatorial ou autoritário em determinado momento. Para Norberto Bobbio:

O termo consenso denota existência de um acordo entre os membros de uma determinada unidade social em relação a princípios, valores, normas, bem como quanto aos objetivos almejados pela comunidade e aos meios para alcançá-los. O consenso se expressa, portanto, na existência de crenças que são mais ou menos partilhadas pelos membros de uma sociedade. (...) Consenso total é um tanto improvável mesmo em pequenas unidades sociais, sendo totalmente impensável em sociedades complexas. Portanto, o termo consenso tem um sentido relativo: mais que da existência ou da falta de consenso, dever-se-ia falar em graus de consensos existentes em uma determinada sociedade ou subunidades (BOBBIO, 2000, p. 240).

Janaina Cordeiro (2015, p. 16) enfatiza, para possibilidades de compreensão das relações entre a ditadura civil-militar brasileira e a sociedade, as noções de ambivalência e de zona cinzenta, propostas pelo historiador francês Pierre Laborie (2010, p. 38). Este, ao analisar o período da França ocupada pelos nazistas na II Guerra Mundial, entre 1940-1944, colocou em xeque os campos delimitados de resistência e colaboracionismo. Haveria um enorme espaço entre estes dois extremos, uma *zona cinzenta*, noção que permite um alargamento do pensar acerca dos comportamentos e atitudes, multiformes, diversificados, por vezes ambíguos, que os homens “comuns” manifestam sob um regime autoritário. Para além do binarismo do Estado opressor e sociedade vitimizada, percebe-se que as mesmas pessoas se posicionavam entre o apoio e a rejeição, ora assumindo um, ora outro e, na maior parte das vezes, assumindo os dois ao mesmo tempo por um período. Tais sentimentos opostos remete à ideia do pensar duplo, inerente ao “homem duplo, daquele que é um e outro ao mesmo tempo, mais pelo peso de uma necessidade exterior do que por cálculo cínico ou interesse” (LABORIE, 2010, p. 39). O pensar duplo não é ser ingênuo e fica explícito que as zonas cinzentas da ambivalência apresentam inconstâncias e riscos de deslizamentos em direção a comprometimentos e covardias (LABORIE, 2010, p. 40).

As ambivalências e as multiplicidades de posicionamento das pessoas ampliam os entendimentos sobre a ditadura civil-militar brasileira. Marcos Napolitano (2018) diz que, ao longo dos anos, foi uma memória liberal e conservadora que acabou se impondo acerca da ditadura, ainda que absorvendo alguns valores da esquerda. Políticos, grupos da mídia, associações empresariais, entidades profissionais, etc. endossam ainda hoje a autoimagem de opositores e resistentes ante o arbítrio da

ditadura. Se os liberais, sobretudo após meados dos anos 70, passaram a criticar o regime militar em temas como direitos humanos, censura, centralização do poder e forte presença do Estado na economia, por outro lado, haviam endossado, antes, o golpe de 64, o combate à guerrilha de esquerda e o controle de movimentos sociais concebidos como radicais (NAPOLITANO, 2015, p. 102). Esses aspectos e a dubiedade daí advinda, porém, foram relevados ou “esquecidos”.

O consenso em torno da ditadura, assim, foi se desfazendo ao longo da década de 1970, passando a predominar um outro consenso, o da democracia, tão impactante que implicou em reelaborações de memórias. Dessa forma, enquanto as esquerdas passaram a enfatizar que sua luta pela conquista pelo comando do Estado, na década anterior, objetivava a democratização do País, grupos conservadores e liberais, a exemplo de associações profissionais e meios de comunicação, enfatizavam os compromissos com a liberdade e a vontade popular. Presidentes-ditadores, que tinham seus nomes aplaudidos, como Médici (1969-74), passaram a ser demonizados e execrados com símbolos do arbítrio (CORDEIRO, 2015).

Como dito, porém, o consenso total é improvável. Mesmo no final da década anterior e início da seguinte, no que pese toda a mobilização por democracia, ainda havia setores da sociedade (minoritários, muito provavelmente) que continuavam a endossar a ditadura. Os mais radicais entre tais setores foram além: decidiram-se a agir na defesa do regime, visando a barrar quaisquer medidas liberalizantes, que militares “moderados” do governo tomavam, intimidar agredir opositores e criar pânico na sociedade.

O MAC “cearense” chama a atenção porque era formado apenas por jovens e civis, ao contrário de outros grupos extremistas da época Brasil afora, nos quais, em geral, predominavam militares policiais, integrantes dos órgãos de informação e segurança da ditadura (DECKES, 1985, p. 120). Portanto, os extremistas do MAC “cearense” não tinham interesses corporativistas a defender, se a ditadura chegasse ao fim, como comumente se busca explicar o envolvimento de agentes da “comunidade de informação” na onda terrorista da fase de distensão do regime (GORENDER, 1999).

A atuação do MAC igualmente leva-nos a pensar em outras formas de ser jovem e estudante durante a ditadura. Existiam outras vozes juvenis, as dos conservadores, que apoiavam o regime e se posicionavam contra as esquerdas em colégios, escolas e universidades. Defendiam tanto que, alguns deles, se envolveram em organizações terroristas contrárias à distensão do regime. Os múltiplos modos de ser da juventude (BOURDIEU, 1983, p. 113) acabam, dessa forma, abalando um outro mito, o do “poder jovem”, bastante estimado pela coletividade ainda hoje e apropriado por organizações estudantis na construção de identidades, a exemplo da UNE. O historiador Gabriel Amato (2017, p. 153) diz que desde o final dos anos 70, uma série de narrativas de memórias foi produzida por sujeitos históricos que, fosse no espaço da atuação militante na UNE ou não, moldou uma forma de ser estudante durante a ditadura civil-militar. Essa forma de lembrar os estudantes dos anos 60 a 80 se fixou em publicações, na mídia, em filmes e até na historiografia (AMATO, 2019, p. 377). Enfatiza-se um estudante de esquerda, nacionalista, que expressa sua oposição à

ditadura na rua ou até em agrupamentos armados revolucionários, como afirma Alberto Saldanha (2005).

Um dos marcos iniciais da construção desta forma de lembrar foi a obra do ex-militante estudantil e membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Artur Poerner (1979), *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Nesse livro, o autor busca demonstrar a existência de uma tradição democrática, rebelde e progressista dos estudantes brasileiros. Com a fundação da UNE, em 1937, o movimento estudantil teria se tornado a forma mais adiantada e organizada da rebelião jovem no Brasil. Enfim, construiu-se uma identidade da UNE como a expressão de uma tradição do poder jovem, progressista, difuso na sociedade e que, corajosamente, não se eximiu de se bater contra o golpe de 64 e a ditadura e defender a democracia e a vontade popular (SALDANHA, 2005, p. 9).

Nas palavras de Regina Novais, “a juventude não é uma referência natural e biológica, e, sim, uma categoria classificatória cultural e histórica” (NOVAIS *apud* QUADRAT, 2010, p. 525). A juventude não é obrigatoriamente de esquerda ou de direita – e muitos dos jovens podem ser indiferentes às questões políticas e sociais ao seu redor. Há, pois, movimentos conservadores e extremistas de direita na juventude, inclusive a universitária, como no caso do MAC “cearense”.

Direita explosiva

Considerando-se o defendido por Maria Celina D’Araújo, Gláucio Dillon Soares e Celso Castro (1995, p. 13), no que toca a transição da ditadura civil-militar, aqui entendida como um intervalo temporal entre 1974-1985, temos que diferenciar *projeto* de abertura de *processo* de abertura. O governo ditatorial apresentou um projeto de distensão do regime, que se iniciou pelo alto, com importantes medidas liberalizantes, mas que não implicava na democratização do País. Ou seja, uma institucionalização de um sistema político mais liberal, com a restauração de algumas liberdades civis mínimas, com os militares, porém, mantendo o poder de veto e ingerência na vida política (ARTURI, 2001).

O projeto de abertura da ditadura virou um processo, cujo rumo foi determinado por várias forças sociais e políticas da sociedade (ARAÚJO, 2004, p. 162), inclusive, com destaque, pelos próprios militares, e circunstâncias, muitas vezes com situações e respostas que escapavam ao que havia sendo pensado inicialmente. Ou seja, a interação entre os atores interessados em bloquear o projeto de abertura ou apressá-lo, deu-lhe uma dinâmica que não fora prevista pelos mentores da transição (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1995, p. 38). Daí, no processo, as marchas e contramarchas, os ziguezagues, com conteúdos e ritmos que, não raro, escapava ao controle do governo militar e todas as tensões geradas. Não havia garantia alguma que a liberalização continuaria ou que a ditadura acabaria. Nesse sentido, entendemos, as ações de extremistas de direita têm seu peso também nos rumos da distensão.

Na segunda metade da década de 1970, grupos de extrema-direita realizaram uma série de atentados Brasil afora. Contrários à distensão, os terroristas visavam desgastar e desestabilizar o grupo militar “moderado” do governo que atuava no

processo, agredir e intimidar a oposição e criar medo/pânico na sociedade. Entre as organizações atuantes, encontramos o Movimento Anticomunista (MAC), o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), a Vanguarda de Caça aos Comunistas (VCC), a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), o Grupo Anticomunista (GAC), a Falange Pátria Nova (FPN), o Comando Delta, o Movimento de Renovação Nazista (MRN) e a Frente Anticomunista, afora os esquadrões da morte, de Sérgio Paranhos Fleury e seus sequazes (MOTTA, 2002, p. 159).

Esses grupos, no geral, contavam com a presença de extremistas alocados no Estado, indivíduos que ocupavam cargos no que é chamado de “comunidade de informação e segurança” – militares “linha dura”, policiais e agentes do aparato repressor (FICO, 2001). Não era o caso, porém, do MAC “cearense”. Este compunha-se majoritariamente por universitários, civis, de classe média, gente que, sem ligação institucional alguma com a ditadura ou com as estruturas de repressão, começou a realizar pichações, ameaças telefônicas e a explodir coquetéis molotovs e bombas em vários pontos de Fortaleza no segundo semestre de 1980. Os integrantes do MAC e de outros grupos terroristas, pelo que apuramos, acreditavam que o fim dos governos dos militares implicaria na implantação de um regime comunista no Brasil.

Conforme Patto Sá Motta (2002), o anticomunismo tornou-se importante elemento das lutas políticas, especialmente da parte de grupos das direitas, conservadores, reacionários e liberais. Em geral, os momentos na história de maior militância anticomunista coincidiram com as fases de ascensão das esquerdas. O fenômeno do anticomunismo apresenta duas manifestações distintas, embora complementares, a da representação/discurso e da ação/prática. Ou seja, o anticomunismo deve ser compreendido, “por um lado, como um corpo doutrinário ou uma corrente de pensamento que possui um discurso e um imaginário próprios e, por outro, como um movimento político que engendra a ação e a militância de grupos organizados” (MOTTA, 1999, p. 49).

No Brasil, o anticomunismo já se fazia presente no período imediatamente posterior à Revolução Russa de 1917 e na década de 1920, embora fosse maior a preocupação, por parte de autoridades e conservadores, com os anarquistas, que apresentavam mais força política e visibilidade à época (MOTTA, 2002, p. 5).

A Intentona/Levante de 1935 deu base para todo um imaginário anticomunista no Brasil, especialmente entre os militares, que conceberam o movimento liderado pelo PCB como um ato covarde, de traição à Pátria e de quebra da hierarquia. Estruturou-se, então, um conjunto de representações acerca do comunismo que, reproduzido ao longo das décadas, orientou discursos e práticas do Estado, de organizações e de indivíduos. Esses momentos de maior anticomunismo, por vezes estendido como antiesquerdismo no Brasil, variou ao longo do tempo. Em certos períodos, foi bem residual e fraco; em outros, conforme as conjunturas históricas, radicalizou-se. Rodrigo Patto Sá Motta (2002) destaca alguns períodos. Entre 1935-37, na Era Vargas, como mencionamos acima; entre 1946-47, quando do início da Guerra Fria e que, no caso do Brasil, levou o PCB a ser posto na clandestinidade; no começo dos anos 1960, quando da crise que levaria ao golpe que depôs João Goulart, acusado por muitos de ser “comunista” ou de permitir a atuação livre dos comunistas no País. Acrescentaria o

momento de intensa repressão às esquerdas armadas, durante a ditadura civil-militar e os embates que levaram ao impeachment/golpe de Dilma Rousseff e a eleição de Bolsonaro, mais recentemente.

No final dos anos 70, ante o desgaste da ditadura, o discurso anticomunista, ainda que endossado por alguns setores conservadores, não conseguiu capilaridade social. Contudo, esse ideário fundamentou as ações dos grupos terroristas atuantes à época. As mobilizações populares contra a ditadura e a favor da democracia fariam parte dos estratagemas “vermelhos” de se infiltrar silenciosamente na sociedade, agastar as autoridades, desmontar o aparato de segurança e, a seguir, conquistar o poder. Os extremistas atacavam os generais-ditadores Ernesto Geisel, Figueiredo e, sobretudo, Golbery de Couto e Silva que, ao realizarem a distensão do regime, estavam contribuindo para entregar o Brasil ao comunismo internacional.

Veja-se, por exemplo, a “Mensagem ao Povo Brasileiro”, do grupo autointitulado Comando Delta, enviado pelos correios a oficiais do Exército em São Paulo e alvo de um relatório do SNI de 27 de outubro de 1981. No texto, os extremistas dizem que há uma

(...) progressão da escalada subversiva em nosso país. Grupos apátridas manifestam-se com audácia e insolência, numa tentativa de abrir espaço que lhes favoreça a tomada do poder. A canalha comunista, ousada e audaciosamente, já se considera em condições de afrontar ostensivamente as forças da lei e da ordem. Conta, inclusive, com o respaldo de organizações criptocomunistas como a ABI, OAB, CNBB e outras. (...)

Reiteramos a confiança em nossas Forças Armadas, como guardião e a nossa intenção de contribuir, até mesmo com o uso da violência, se necessário, para que tal estado de coisas tenha um paradeiro. (...) Regosijamos (sic) com a saída do sr Golbery de Couro e Silva do governo dos escalões do governo, ao qual, há muito tempo, vinha desservindo, com a sua não infensão ao comunismo (...).

Exigimos enérgica aplicação da lei, particularmente sobre aqueles detratores do regime democrático, aliados da foice e do martelo, que, sob o manto da impunidade, sentem-se cada vez mais encorajados em destruir o país³.

Essa possibilidade da instalação de um regime marxista no Brasil com a distensão era compartilhada por vários dos integrantes do aparato de repressão da ditadura. Como suspeitava-se já a época, é perfeitamente verosímil acreditar na interpenetração desses grupos extremistas com os órgãos de segurança. “Prova disso são os diversos relatórios de informação do Cisa [Centro de Informação da Aeronáutica] ou do CIE [Centro de Informação do Exército], que defendem teses, dissimuladas em ‘análises estratégicas’, rigorosamente idênticas à dos panfletos [dos grupos terroristas]” (CHIRIO, 2012, p. 188). Integrantes da caserna chegavam a panfletar em quarteis contra a abertura do regime (GASPARI, 2016, p. 183), levantando teses conspiratórias parecidas com as dos terroristas de extrema-direita.

Não por acaso, ao se observar o relatório do Inquérito da Polícia Federal sobre os atentados do MAC, constata-se as insistentes insinuações de estabelecer relações entre o grupo e as esquerdas, embora sem apresentar elementos comprobatórios que

³ Manifesto do Comando Delta, anexado ao Relatório de Informação do SNI nº 200/16/AC/1981, de 27 de outubro de 1981. Arquivo nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex> Acesso a 11/03/2021.

sustentassem tais ilações e contrariando os próprios depoimentos prestados pelos extremistas. De tão ardilosos, para tomar o governo, os vermelhos seriam capazes de atingir “os seus” com bombas e ainda proclamar sua organização de “movimento anticomunista”.

A existência de um complô comunista por trás das mobilizações populares pela democracia no final dos anos 70 era uma readequação do discurso recorrente, entre grupos conservadores e militares, da infiltração dos comunistas na sociedade por meio de discursos sedutores em prol de causas nobres, mesclado com elementos da Guerra Fria, como as doutrinas de Segurança Nacional (DSN) e Guerra Revolucionária (MOTTA, 2014). O historiador Daniel Trevisan Samways (2013), por exemplo, mostrou que a publicação denominada *Comunismo internacional*, nº 6, datada de 1970, de produção do SNI e circulação interna do governo ditatorial, chamavam a atenção para a presença “vermelha” em campanhas pela paz e movimento anti-guerra. Por trás de tais campanhas, aproveitando-se de “inocentes úteis”, haveria o dinheiro e os interesses do “monstro comunista” em desarmar material e espiritualmente o Mundo ocidental, para facilmente dominá-lo. Como se percebe, quase tudo que pudesse atingir os interesses ou os princípios da direita/militares, tratar-se-ia de uma manobra espúria dos “vermelhos”, apenas se adequando alguns elementos do discurso anticomunista às peculiaridades do momento.

No final da década de 1970, a liberalização do regime e a possibilidade de haver um maior controle e até um desmonte do aparato repressor e apuração e punição dos responsáveis pelas violações dos direitos humanos, assustavam os setores mais duros e radicais das Forças Armadas. Não se pode esquecer como o regime articulou e se empenhou na aprovação da Lei da Anistia, em agosto de 1979, beneficiando os militares envolvidos em torturas e assassinatos. Reagindo ao processo de abertura, na intenção de “mostrar serviço” e evitar a desativação do aparato repressor, os agentes buscavam evidenciar a importância e a necessidade de suas atribuições e funções para o Estado e endossar a permanência do “perigo comunista”. Nessa lógica, entende-se também por que o PCB, que fazia oposição pacífica à ditadura, começou a ser alvo das ações da “linha dura” militar, visto que não existia mais a ameaça representada pelas organizações armadas de esquerdas, desbaratadas que haviam sido todas anos antes. O fragilizado PCB, esvaziado de vários de seus membros foi pintado, então, na segunda metade dos anos 1970, como um “perigoso inimigo a ser combatido”, sendo, denunciado, ainda, que o partido se infiltrava no único partido opositor tolerado, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), cujas vitórias eleitorais eram vistas como o “avanço do comunismo no Brasil” (FICO, 2001).

Confundindo-se com os próprios órgãos de repressão do Estado, os extremistas passaram a praticar atentados contra o que entendiam ser focos comunistas. De 1976 a 1981, ocorreram dezenas de atentados. Foram anos de bombas, sequestros, ameaças e agressões, reduzindo-se drasticamente a partir do mais famoso dos atentados, o do Riocentro, em abril de 1981. Os alvos geralmente eram aqueles tradicionalmente odiados pela extrema-direita: jornalistas, mundo editorial, clero progressista, enfim, os que se engajavam na luta pelos direitos humanos e a democratização do Brasil – para os extremistas, eram todos “inimigos da revolução de 64 e comunistas” (CHIRIO, 2012,

p. 188). Tudo ficaria impune. Grassou a impunidade. Não houve apuração das responsabilidades ou qualquer tipo de punição – poucos foram os inquéritos abertos e, de modo geral, estes não prosperaram (GREGO, 2003, p. 71). Não houve muito esforço para chegar aos responsáveis (MOTTA, 2002).

Terror no norte

Pelo exposto até aqui, quando comparado com o que se deu em outros estados, o caso do MAC “cearense” é peculiar. Os integrantes do grupo foram descobertos, detidos, processados e expostos à sociedade. Isso, porém, não foi obra do acaso, conforme veremos.

Segundo o relatório do inquérito da Polícia Federal e as matérias da imprensa, as ações da extrema-direita em Fortaleza, de forma parecida com o que se sucedeu em outras cidades brasileiras, foram se incrementando no que toca a agressividade ao longo dos meses. Durante o ano de 1980, ocorreram várias ligações anônimas, com ameaças de bombas, a entes públicos (Banco do Brasil, INPS e Caixa Econômica, entre outros), bem como foram deixadas cartas de teor intimidatório a bancas de jornais, a exemplo da conhecida Banca do Paulino, no centro da capital cearense. Os órgãos policiais não apuraram os responsáveis pelas ameaças, embora, posteriormente, quando do desmantelamento do MAC, extremistas do grupo reconheceram que haviam realizado algumas das ameaças telefônicas. O inquérito da PF não esclarece quais os alvos dessas ligações e a questão não foi levada adiante.

Ainda conforme o inquérito da Polícia Federal, o grupo de extremistas começou a agir a parti de julho de 1980, sem assumir uma denominação específica e realizando pichações de “caráter apolítico”. Esta caracterização das pichações pela PF é algo, no mínimo, duvidoso, visto o conteúdo das mesmas. Pichações, como uma forma de dar maior visibilidade a um discurso, são polissêmicas, podendo tratar das “arbitrariedades cometidas pelo governo, denunciar problemas sociais, fazer propaganda comercial, declarações de amor, construir negativamente a imagens de pessoas e elaborar frases irônicas e aparentemente sem muito sentido” (SOARES, 2018, p. 21).

Veja-se, por exemplo, o caso de uma das pichações feitas pelo grupo de jovens anonimamente nesta fase inicial: “Morte a Prestes, Brizola e Sidnei Magal”. Na frase, afora seu sentido literal, intimidatório, comparam-se e igualam-se dois líderes das esquerdas, recém-voltados do exílio e detestados por conservadores, e um famoso músico de canções populares, de bastante sucesso naquele período. No caso, a comparação objetiva expressar certa dose de deboche, visto que havia por setores da sociedade, especialmente das classes média, um preconceito e desdém para com canções “bregas e cafonas” (ARAÚJO, 2015), estilo ao qual poderia ser associado Sidney Magal⁴, com suas roupas e dança mimetizando ciganos. Ou seja, Magal,

⁴ Durante a década de 1970, Magal lançou sucessos populares como “Sandra Rosa Madalea” (1978), “Meu sangue ferve por você” (1977) e “Amante Latino”, também de 1977 e tema de filme homônimo estrelado pelo cantor em 1979 <https://f5.folha.uol.com.br/musica/2019/02/sidney-magal-credita-sucesso-a-sua-energia-e-a-relacao-com-fas-danco-ate-o-corpo-dizer-chega.shtml> Acesso 30/06/2020.

Prestes e Brizola seriam figuras bisonhas, exóticas, motivo de risos, seja pelas “cafônicas” do cantor, seja pelos discursos e ideias (de esquerda) dos dois políticos adversários da ditadura militar. Nesse sentido, as pichações dos jovens do MAC não deixam de também expressar valores políticos, em um momento de acirramentos e disputas entre vários atores sociais, como naquele fim dos anos 70 e início dos 80.

O grupo não ficou apenas nas ameaças e pichações. Na noite de 8 para 9 de agosto de 1980, o MAC promoveu atentados a bancas de jornais situadas nas Praças da Parquelândia e da Parangaba, bairros periféricos de Fortaleza. Em várias cidades do País estavam ocorrendo ataques a bancas de revistas. Flávio Deckes (1985) diz que a onda iniciou-se com atentados em Belo Horizonte, no início de julho daquele ano, se alastrando a seguir por outras cidades. Acreditamos que esses atentados se retroalimentavam, isto é, as ações terroristas, de impacto na sociedade, inspiravam radicais de outros locais a agirem de forma semelhante. As ameaças e os ataques visavam atingir e assustar os jornalistas que disponibilizavam publicações condenadas pelos extremistas, fossem jornais de esquerda (a chamada imprensa alternativa), fossem revistas de conteúdo erótico. Grupos conservadores e anticomunistas apresentavam um caráter moralista, de preservar os valores da família e entendiam que a pornografia era uma artimanha dos comunistas para corromper a sociedade, devendo, pois, ser combatida (MARCELINO, 2006). Os danos àquelas bancas atacadas pelo MAC foram poucos, sendo os princípios de incêndio, nos dois casos, logo apagados por moradores das imediações.

Na noite dos dias 9 para 10 de setembro, o grupo voltou a agir. Os atentados noturnos seriam um padrão, pois, geralmente, os extremistas saíam para se divertirem antes de realizarem os ataques e a penumbra ajudava a esconder suas identidades, sem falar que o policiamento na cidade era menor pela madrugada. Naquela ocasião, os jovens jogaram *molotovs* na Igreja de Nossa Senhora do Nazaré, no bairro do Montese. Ao que consta, apesar do susto, o fogo não conseguiu se alastrar, sendo logo apagado por alguém da vizinhança. Na lateral da igreja, foram pichadas ainda, com tinta preta tipo spray, as frases: “Abaixo os padres comunistas”, “Abaixo a Igreja comunista” e “MAC – Movimento Anti-Comunista”. A partir daí, o grupo passou a se identificar por essa sigla nos atentados.

O inquérito da Polícia Federal não explica por que o grupo escolheu a denominada Igreja do Montese, entre tantas outras de Fortaleza. Sabe-se que alguns dos membros do MAC residiram em bairros relativamente próximos do templo. O pároco da Igreja Nossa Senhora do Nazaré, à época, era o padre italiano Batista Poinelli, na função desde 1968 e tido como bastante dinâmico, por seu trabalho social, embora apresentasse posições políticas conservadoras. Pode ser que os integrantes do MAC, em seu radical anticomunismo, no qual qualquer crítica social soasse como “marxismo”, se sentissem incomodados com o trabalho comunitário do Padre Batista, ainda que este não pudesse ser enquadrado como integrantes do que se chamava “clero progressista”. Sem descartar essa possibilidade, é plausível ver o atentado como um ataque, sobretudo, à Igreja Católica enquanto instituição em Fortaleza. Não custa ressaltar que a Arquidiocese de local era encabeçada, desde 1973, por Dom Aloísio

Lorscheider, religioso, esse sim, de posições bem mais à esquerda, um destaque mesmo nacional do clero progressista.

Segmentos da Igreja Católica haviam endossado o golpe de 64. A Igreja, porém, estava passando por varias mudanças no que toca à sua “missão evangelizadora” e sistemas de crenças nos anos 60 e 70. Destacadamente com os Papas João XXIII e Paulo VI, a Igreja passou a defender o diálogo inter-religioso e o ecumenismo, além de rever sua pauta social. Começou a ter um envolvimento sociopolítico maior, dando uma atenção às estruturas sociais contraditórias e defendendo mudanças nas condições de vida das camadas mais pobres (GANGLIAN, 2011).

O novo papel da Igreja desagradou a segmentos sociais mais abastados, a intelectuais católicos conservadores e a grupos de direita, a exemplo de integralistas e da TFP (Tradição, Família e Propriedade) – muitos acreditavam que a Teologia da Libertação era a concretização da temida infiltração comunista no clero para destruição da fé católica (CALDEIRA NETO, 2014, p. 109). Irritação com a nova postura da Igreja Católica teve igualmente a ditadura. Para os militares, qualquer crítica dirigida à ordem social soava como “subversão”. Como diz Diego Omar da Silveira Cunha (2014, p. 42), a Igreja, de baluarte na propagação do imaginário anticomunista, se tornou, aos olhos do governo militar, uma crítica e poderosa adversária, talvez a pior, por sua estrutura organizacional e influência na sociedade. Não por acaso, a repressão dos militares vitimou vários padres, lideranças religiosas e laicos – o citado Dom Aloisio Lorscheider chegou a ser detido, em 1970, no Rio de Janeiro (GANGLIAN, 2011, p. 52).

O MAC, a 30 de setembro 1980, jogou uma bomba no DCE (Diretório Central dos Estudantes) da UFC (Universidade Federal do Ceará), às vésperas de uma eleição discente. O movimento estudantil se rearticulava a época, reabrindo as entidades de representação e se inserido nas crescentes manifestações populares (MÜLLER, 2016). As lutas estudantis do período confundiam-se com a própria causa democrática, envolvendo outros setores da sociedade, trazendo em seu conjunto a crítica à ditadura e a defesa da Anistia, da libertação dos presos políticos e da redemocratização do Brasil. A UFC foi um dos locais de intensa articulação dos estudantes (PORTUGAL, 2018). Como quase todos os integrantes do MAC eram igualmente alunos da instituição, possivelmente viam *in loco* as articulações e atuações dos universitários e das esquerdas. Incomodados/inconformados/irritados, os membros MAC decidiram atingir o DCE/UFC e, simbolicamente, as esquerdas, o movimento estudantil e a campanha por democracia com um atentado.

A intenção dos extremistas era que a bomba estourasse dentro de uma sala do DCE, na qual estudantes estavam ultimando os preparativos para a eleição do dia seguinte. Isso, porém, não aconteceu, pois o petardo explodiu antes, em pleno ar, danificando uma janela e dois carros estacionados nas imediações. O atentado repercutiu bastante na cidade. No dia posterior, o DCE da UFC lançou nota condenando o ataque e ratificando a realização do pleito, até como forma de não ceder às intimidações dos extremistas de direita. A nota dá a entender que ameaças já vinham acontecendo nos últimos meses, citando o caso de telefonemas anônimos ao Diretório Acadêmico (CA) do curso de Ciências Sociais.

Ante o impacto, a publicidade, a impunidade das ações e, possivelmente, sob a influência de outros ataques de extremas direita que ocorriam Brasil afora, o MAC “cearense” cada vez mais radicalizou-se. Segundo o inquérito policial, os extremistas chegaram a pensar em fabricar cartas-bombas e enviá-las a pessoas de esquerda em Fortaleza. Vale lembrar que no atentado feito à sede a OAB, no Rio de Janeiro, a 27 de agosto de 1980, foi morta, devido a uma carta-bomba, a secretária do presidente da instituição, Lyda Monteiro da Silva.

No final da tarde de 5 de novembro de 1980, em torno de 18:30 horas, o grupo estourou uma dinamite na Praça do Ferreira. Era um horário de grande movimentação no centro de Fortaleza, com trânsito intenso de ônibus e automóveis, multidões se movimentando para voltar a suas casas, especialmente por aquele logradouro, tido como o “coração da cidade”. O explosivo, contido numa caixa de papelão, foi posto numa lata de lixo, próximo a uma banca de revistas. A explosão provocou pânico e correria dos transeuntes, danificando um automóvel corcel e o letreiro do tradicional Armazém Esplanada, loja de roupas e tecidos.

A queda

O MAC buscou ampliar o raio de atuação para outros estados do Nordeste – ou tinha já contatos com extremistas de outras áreas ou passou a ter após agir no Ceará? No depoimento à Polícia Federal, os extremistas afirmaram que planejavam realizar assaltos em Recife e sequestrar a filha de um empresário pernambucano. Teriam alugado até uma casa em Olinda para manter a jovem cativa, o que a PF disse ter confirmado na investigação. Igualmente, os jovens passaram a deslocar-se com certa frequência para João Pessoa na Paraíba, onde morava um deles. Em uma dessas idas à capital paraibana, começou a queda do MAC.

Na noite do dia 13 para 14 de novembro de 1980, três integrantes do MAC acabaram parados numa rotineira *blitz* da polícia paraibana contra furtos de carros. Em posse dos militantes, foram achadas duas máscaras, uma metralhadora de fabricação caseira e um revólver calibre 38. As armas e a confissão dos detidos, de que integravam um grupo extremista, numa conjuntura de pressão da sociedade para apuração dos atentados terroristas que aconteciam no resto do Brasil, fizeram com que o caso passasse para a alçada da Polícia Federal. O trio foi levado para Fortaleza e, ante investigações, quase todos os membros do grupo acabaram presos.

Ao todo, nove pessoas foram apontadas como envolvidas nos atentados organizados pelo MAC. Os acusados, em sua maioria, eram sustentados pelos pais e residiam em bairros de classe média ou alta de Fortaleza (Aldeota, Fátima, etc.). Eram todos jovens, com menos de 30 anos de idade. Seis deles apresentavam idade igual ou inferior a 22 anos e sete estudavam na Universidade Federal do Ceará, em cursos como Agronomia, Direito, Geologia e Engenharia de Pesca. A pouca idade dos implicados seria usada, na fase processual, como argumento dos advogados na linha de defesa. A estratégia era enquadrar os ataques como uma “brincadeira de jovens”, minimizando as responsabilidades e desconsiderando o conteúdo ideológico e as implicações políticas de atos como aqueles numa conjunta de idas e vindas da distensão da ditadura.

A única mulher do grupo contava, à época, com 18 anos e era namorada do apontado como líder do MAC. Este, o mais velho dos implicados, tinha 28 anos, sendo formado em engenharia e matemática pela UFC. Comparado com os outros envolvidos, apresentava melhor situação financeira, em virtude de sua profissão, funcionário público que era do Serviço de Patrimônio da União do Ministério da Fazenda, onde teria, inclusive, segundo a denúncia da PF, guardado parte dos explosivos usados nos ataques. Conforme o inquérito e os próprios acusados, seria o responsável por bancar as despesas financeiras para o grupo praticar os atentados. Deixou claros seus posicionamentos direitistas ao depor, dando a entender que as depois compreenderiam suas ações. Conforme depoimento da namorada, um dos motivadores do líder do grupo para jogar a bomba na Praça do Ferreira foi o de celebrar a vitória da eleição de Ronald Reagan, do Partido Republicano e ferrenho anticomunista, para a presidência dos Estados Unidos.

O único dos integrantes do MAC que apresentava um perfil discrepante era um carpinteiro de 27 anos, casado (os demais eram todos solteiros). Foi o único a não ser preso pela polícia. Os demais acusados, nos depoimentos feitos à PF, buscaram colocar a culpa pelas ações mais radicais nesse carpinteiro, talvez porque fosse ele de fato um radical extremista, talvez porque fosse o de menor condição econômica ou porque estivesse foragido. As futuras pesquisas poderão explicitar melhor sua atuação no grupo.

Como dito, imperou a impunidade nas dezenas de atentados realizados por grupos extremistas de direita na transição da ditadura. Dentro de seu estratagema de abertura, o grupo militar moderado, que defendia a abertura, sentia-se em situação melindrosa: tinha que controlar a “Linha Dura” militar, contrária a distensão e envolvida nos atentados, mas não podia puni-los ou expô-los, sob o temor de uma divisão ainda mais das Forças Armadas e de colocar em risco a existência da própria instituição. Como diz João Roberto Martins Filho (2019), imperava na corporação uma “unidade na desunião”, ou seja, os militares se dividiam em vários grupos, com interesses distintos, mas existiam questões que unia toda a corporação. Uma delas era não aceitar, na hipótese alguma, a punição dos militares envolvidos na violação de direitos humanos.

Não por coincidência, um dos pontos fundamentais para a liberalização do regime era a não apuração e a não punição dos crimes praticados pelos integrantes da ditadura, como se percebe na aprovação da Lei da Anistia de 1979 (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1995). Dos ataques terroristas acontecidos na fase da abertura, no geral, não se sabe sequer os nomes dos autores (DECKES, 1985). No caso do MAC “cearense”, entretanto, foi a própria ditadura, por meio da Polícia Federal, que apresentou o grupo à imprensa, isso antes mesmo do inquérito ter sido concluído. Por que tanta pressa e discrepância de posicionamentos e tratamentos? Entendemos que as diferenças relacionavam-se a estratégias do próprio regime.

Não custa sintetizar a situação. Um grupo de extremistas de direita, o MAC, composto por civis e estudantes, responsável por vários atentados, “caía” numa ação de rotina das forças policiais, no exato momento em que ocorriam dezenas de ataques terroristas pelo País e existia uma forte pressão da sociedade e da oposição para que o

governo do general-ditador João Batista Figueiredo coibisse e punisse as ações extremistas daqueles que eram contrários ao processo de abertura do regime – indivíduos, não raro, alocados dentro do próprio governo, nos órgãos de informação e segurança.

Entendemos que a pressão em deter e expor os radicais do MAC, contando com a ampla divulgação da imprensa, relaciona-se a interesses dos dirigentes do próprio governo.

Para a caserna, a cúpula da administração Figueiredo e os militares moderados davam a entender que não aceitavam os atentados e que continuariam com o projeto de abertura do regime, o qual, transformado em delicado processo, tornara-se imprevisível, em virtude de pressões e interesses de vários atores políticos e sociais. A radicalização e a intensificação dos atentados pela extrema-direita não deixavam de ser um “novo” componente na transição, cujo desfecho, reiteramos, estava completamente em aberto, sem certeza alguma do que aconteceria pela frente. Por mais que as Forças Armadas não admitissem a punição de seus integrantes, mesmo dos pertencentes aos “bolsões sinceros e radicais”, no caso, os envolvidos em terrorismo, a prisão dos integrantes do MAC “cearense” não deixava de ser uma advertência. Ante a pressão da sociedade e a continuidade da distensão, quem garantia que os militares envolvidos em atentados não poderiam ser, igualmente, detidos e expostos?

A exposição dos integrantes do MAC com nomes, fotos, etc., a condenação que receberam da sociedade e os ataques que sofreram da imprensa – a revista *Veja*, por exemplo, fez matéria debochando dos extremistas –, talvez, esperasse o governo, soasse como um alerta para os demais radicais. A persistirem os ataques, o governo poderia passar a expor e deter também extremistas militares da “Linha Dura” Brasil afora.

Ou seja, no jogo interno dos quartéis e das alas militares, o desmantelamento do MAC era útil para os “moderados”. Os extremistas detidos eram civis, não militares. A Figueiredo mantinha, assim, o compromisso, antes a corporação, de evitar a exposição, desmoralização e punição de seus agentes envolvidos em crimes políticos, como fincara posição na recém-aprovação da Lei da Anistia, em agosto de 1979. Entretanto, por outro lado, a gestão Figueiredo, ao capturar e expor os extremistas, dava a entender que não aceitava os atentados, ratificava a continuidade da abertura e pressionava os militares mais radicais, envolvidos em atos terroristas, a reverem suas ações. Dependendo do ângulo, havia na prisão dos membros do MAC “cearense” uma ameaça implícita ou, quem sabe, um apelo para os extremistas militares parassem com os ataques.

Havia também uma mensagem para fora dos quartéis. Capturar e mostrar os integrantes do MAC à imprensa – entenda-se, aos setores da sociedade que defendiam a transição e a democratização do país – servia para aliviar a crescente pressão sobre o governo e buscar desconstruir o discurso dos opositores, especialmente das esquerdas, de que Figueiredo e os militares eram cúmplices dos atentados, por garantir a impunidade dos terroristas. O governo Figueiredo mostrava-se como uma gestão fragilizada, cada vez mais impopular, até mesmo pela situação econômica e social do

País (FICO, 2016). A ditadura poderia, caso desejasse e como ocorreu com outros atentados do Brasil, não expor os extremistas do MAC. Mas ao contrário, mesmo antes do inquérito ser concluído pela Polícia Federal, o rosto dos terroristas estava nas capas dos principais jornais do País, dando a entender que regime estava agindo, e com rapidez, não tendo nada a esconder e, sim, atuando para deter os extremistas. Em outras palavras, a detenção dos jovens integrantes do grupo anticomunista foi usada pelo fragilizado governo Figueiredo para minimizar a pressão ou dar uma resposta urgente à sociedade.

O problema é que as mensagens surtiram pouco efeito. A sociedade civil continuou pressionando, inclusive, com a crescente presença de operários, o que deixou em pânico grupos liberais e conservadores, que, assim, intensificaram os contatos com a cúpula militar para uma “transição pacífica do regime” (NAPOLITANO, 2018). O Ceará era uma área secundária dentro do processo de abertura que ocorria no País e como os “punidos do MAC” eram civis, a Linha Dura e os extremistas de direita continuaram com os atentados. Até que ocorreu o impactante caso do Riocentro, em 1981, no qual extremistas, militares, buscaram explodir bombas num evento com milhares de pessoas em uma das principais cidades do País, ex-capital da República e polo destacado da luta pela democratização.

O chamado Caso Riocentro abalou aos “bolsões radicais” da ditadura, embora também tenha ficado impune. Ainda que outros casos de ataques terroristas tenham ocorrido nos meses e anos seguintes pelo Brasil, a direita radical e os “duros” do regime cada vez ficaram mais isolados, ganhando o repúdio do grosso da sociedade. De certo modo, o Riocentro implodiu as pretensões de retrocesso da direita extremista e deu fôlego para a continuidade da abertura, mesmo com contrapassos desta.

Conclusão

Entre meados das décadas de 1970 e 1980, o Brasil viveu um processo de liberalização da ditadura civil-militar. Os grupos no comando do Estado buscaram realizar um projeto de transição pactuado, um acordo com setores liberais e conservadores, que garantisse a ordem social e evitasse a punição dos crimes cometidos pelos agentes do sistema. O projeto virou processo, indo por trilhas nem sempre desejadas pelos militares “moderados”. Vários atores sociais e políticos, inseridos em complexas conjunturas econômicas e políticas, passaram a atuar, levando a uma abertura com idas e vindas, levando a resultados nem sempre desejados pelas Forças Armadas.

A abertura era um jogo jogado, não havendo certeza do resultado. Não havia certeza alguma que a ditadura acabaria e que se implantaria uma democracia. Era persistente o medo de retrocessos. Segmentos que apoiavam a ditadura, mesmo com a perda de popularidade do regime na segunda metade dos anos 70, contrários a institucionalização do regime e à democratização do País, começaram a praticar diversos atentados. A intenção era tumultuar a abertura e impedir seu prosseguimento, sob o argumento de que, caso se desmontasse a estrutura repressiva e se liberalizasse o regime, se abriria espaço para a chegada dos comunistas ao poder.

Foram dezenas de atentados Brasil afora. Em geral, todos ficaram impunes. Até hoje, sequer descobriram-se os nomes dos autores. A ditadura não se esforçou muito em apurar as responsabilidades. Um caso que fugiu a essa postura, não obstante, foi o envolvendo o MAC (Movimento Anticomunista), responsável por vários atentados em Fortaleza, no segundo semestre de 1980, levando pânico à cidade. O grupo tentou expandir sua atuação para outros estados do Nordeste. Em meados de novembro de 1980, três dos extremistas foram detidos pela polícia da Paraíba. A seguir, a organização foi desbaratada, com quase todos seus integrantes sendo presos preventivamente.

Entendemos que o governo tentou capitalizar com a prisão e a exposição perante a sociedade dos integrantes do MAC. Desmantelar o grupo extremista servia plenamente aos militares “moderados”, defensores de um projeto de abertura, em termos de credibilidade para a imagem do governo junto à opinião pública, que pedia a punição dos responsáveis pelos muitos atentados que sacudiam o Brasil no período. Também foi um aviso aos militares da “linha dura”. O governo Figueiredo expunha os civis integrantes do MAC – o que não fez com os militares envolvidos em outros atentados – dando a entender que não concordava com os ataques extremistas, que continuaria o projeto de liberalização do regime e que poderia até passar a deter e expor outros extremistas. A intenção do governo não deu muito certo: a pressão da sociedade e o desgaste do governo persistiram, mesmo porque os atentados continuaram a acontecer, a exemplo do conhecido Riocentro, em 1981, em que a gestão Figueiredo, ao contrário do ocorrido no caso do MAC, buscou proteger os responsáveis (militares) envolvidos.

Referências

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 nos depois (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2004.

ARTURI, Carlos. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*. [online]. 2001, n.17, pp.11-31.

AMATO, Gabriel. Memórias de rodonista: lembrando outras maneiras de ser estudante durante a ditadura militar. In: _____; DELLAMORE, Carolina; BATISTA, Natália (Orgs.). *A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

_____. Um lugar para a mocidade na política: a atuação da juventude na Arena jovem durante a ditadura militar brasileira (1969-1979). In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; BOISARD, Stéphane; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *Pensar as direitas na América Latina*. São Paulo: Alameda, 2019.

ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

BARUCH, Marc Olivier. Sociedades e regimes autoritários. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Europa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BOBBIO, Noberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CALDEIRA NETO, Odilon. *Sob o signo do sigma: integralismo, neointegralismo e o antissemitismo*. Maringá: Eduem, 2014.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CUNHA, Diogo. Das catacumbas: os homens da Igreja e a renovação do catolicismo durante a ditadura civil-militar no Brasil. In: AARÃO REIS, Daniel; CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar de (Orgs.). *A sombra das ditaduras*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Ary Dillon; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumaré, 1995.

DECKES, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil 1966/1980*. São Paulo: Ícone Editora, 1985.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *História do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2016.

GANGIAN, Renato. *Igreja Católica e ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Claridades, 2011.

GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999.

GREGO, Heloísa Amélia. *Dimensões funcionais da luta pela Anistia*. 559 f. 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e América Latina. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Europa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARCELINO, Douglas Attila. *Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. 2006. 300f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-68)*. São Paulo: Alameda, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Orgs.). *Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1999.

_____. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

_____. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EduFSCar, 2014.

MÜLLER, Angélica. *O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. Os historiadores na “batalha da memória”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

POERNER, Artur. *O poder jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PORTUGAL, Niedja. *Estudantes em movimento*. 2008. 132 f. Fortaleza: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2008.

QUADRAT, Samantha Viz. A oposição juvenil à Unidade Popular. In: ROLLEMBERG, Denise; _____ (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Europa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Memória, história e autoritarismo – apresentação. In: _____ (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____; VAINFAS, Ronaldo. Historiadores franceses na zona cinzenta: lembranças da guerra. *Revista de História*, São Paulo, n. 176, p. 1-36, 2017.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: _____; e outros (Orgs.). *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

_____; *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: Edufal, 2005.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. O que eles dizem, o que eles fazem: a construção do inimigo vermelho e anticomunismo na ditadura civil-militar brasileira. *Revista Contemporâneos*, São Paulo, n. 11, p. 1-23, nov.2012-abril, 2013.

SOARES, Thiago Nunes. *Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil*. Curitiba: Appris, 2018.